



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

9 de agosto de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <i>09/08/2017</i>	Página <i>06</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Serrano do Maranhão

MPMA pede indisponibilidade de bens de envolvidos em licitação irregular

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) pediu, em 2 de agosto, numa Ação Civil Pública por ato de improbidade (ACP), a indisponibilidade de bens, até o limite de R\$ 105.251,21, dos réus envolvidos em uma licitação realizada em 2014 para recuperação das estradas vicinais entre três povoados e o município de Serrano do Maranhão. Figuram entre os acusados a ex-prefeita Maria Donária Moura Rodrigues, as integrantes da Comissão Permanente de Licitação (CPL) do município, Erenilde Pinto Ferreira (ex-presidente), Rosaane Rodrigues Cadete e Iracema Pinto de Abreu. Os réus incluem, ainda, os empresários Hilquias Araújo Caldas e Raimundo Nonato do Val Filho e as empresas H.A. Caldas e Malta Construções Ltda pertencentes aos empresários. A ACP foi formulada pelo titular da Promotoria de Justiça de Cururupu, Francisco Assis de Silva Filho, que também ofereceu Denúncia em desfavor dos oito réus com base nas irregularidades. Serrano do Maranhão é termo



A ex-prefeita Maria Donária Rodrigues estaria envolvida em licitação irregular

judiciário da comarca.

LICITAÇÃO

As manifestações são referentes à Tomada de Preços nº 006/2014, no valor de R\$ 263.128,00, realizada para contratar uma empresa de engenharia para executar serviços de recuperação de estradas vicinais entre a sede de Serrano do Maranhão e os povoados Cedro, Mariano e Flexal de Campos.

Deste valor, o Município recebeu R\$ 99.988,64.

Chama a atenção o fato de que o valor do contrato firmado com a Malta Construções (R\$ 421.538,00) foi 60% acima do valor constante no Edital de Licitação (R\$ 263.865,00). Segundo o Ministério Público, os réus se associaram para frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório para obter uma vantagem indevida para a empresa Malta Construções Ltda.

IRREGULARIDADES

As irregularidades verificadas incluem a falta de autorização para o procedimento licitatório e a publicação do aviso de licitação em um jornal de grande circulação. Foi observada, ainda, a inexistência de documentos como projeto básico, parecer jurídico e termo de adjudicação da licitação. Também estavam ausentes a assinatura da ex-presidente da CPL e a publicação do extrato do contrato.

“É evidente que não houve licitação de fato, somente a reunião de documentos para um

ajuste para a contratação da Malta Construções Ltda”, enfatiza o promotor de justiça.

PEDIDOS

Na Ação, o MPMA solicita a condenação dos réus à perda de eventuais funções públicas; ressarcimento integral do dano; suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco a oito anos; pagamento de multa civil até o dobro do dano e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

Na Denúncia, o Ministério Público solicita, ainda, a condenação dos réus às penas previstas no artigo 90 da Lei de Licitações (Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação).



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>	
DATA <i>09 / 08 / 2017</i>	Página <i>06</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Justiça determina o asfaltamento de todas as ruas de Marajá do Sena

Por decisão da Justiça, em atendimento a pedido do Ministério Público do Maranhão, o Município de Marajá do Sena terá que apresentar, num prazo de três meses, um plano de trabalho para a pavimentação asfáltica das ruas da cidade, tanto na zona urbana, quanto na zona rural. As obras devem ser iniciadas em até seis meses e concluídas no prazo máximo de dois anos. A Ação Civil Pública foi ajuizada pelo promotor de justiça Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho, titular da Promotoria de Paulo

Ramos, comarca da qual Marajá do Sena é termo judiciário. A decisão foi proferida pela juíza Vanessa Machado Lordão, titular da Comarca de Paulo Ramos, no último dia 31 de julho. Em caso de descumprimento da medida, o município e o gestor poderão arcar com multa no valor de R\$ 10 mil, por dia de atraso, limitada a R\$ 1 milhão. Na ação, o membro do Ministério Público apontou a gravidade da situação em Marajá do Sena, devido aos sérios problemas de

acessibilidade, agravados pela quase absoluta ausência de ruas asfaltadas no município. "A situação é alarmante! Estamos falando de um município que possui 65 povoados na zona rural e nenhum deles possui ruas asfaltadas, o que dificulta (ou torna impossível, a depender da época do ano) a locomoção de seus moradores, que, como é de conhecimento geral, possui uma população que vive, em sua maioria, em situações precárias", destacou Rodrigo Freire Wiltshire.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () Debate () Extra	() Atos e Fatos () A tarde () Correio de Notícias () O quarto poder () Internet / Blog	() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia <input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Atos, Fatos e Bancos</i>
DATA <i>09 / 08 / 2017</i>	Página <i>02</i>	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Câmara em Dia Seminário vai reunir câmaras municipais para esclarecimentos sobre prestação de contas

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, recebeu nesta terça-feira, 8, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, a visita do presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Astro de Ogum, acompanhado do vice-presidente da Câmara, vereador Osmar Filho.

Eles discutiram a respeito do seminário que será realizado pela Câmara Municipal de São Luís, no próximo dia 23 de agosto, no Rio Poty Hotel, cujo tema será o julgamento de contas dos gestores pelas câmaras municipais. Serão convidados para o evento todos os presidentes de câmaras municipais do Maranhão.

O Ministério Público do Maranhão participará do seminário com o painel que apresentará o programa Câmara em Dia. “O Câmara em Dia visa promover uma ação institucional articulada e incentivar o controle social das contas públicas. O atraso nos julgamentos impede que seja declarada a inelegibilidade dos gestores cujas prestações de contas apresentam irregularidades”, avaliou o PGJ.

Para o novo coordenador do Caop-Proad, Claudio Rebelo Alencar, o seminário será “uma excelente oportunidade para que o Ministério Público e as instituições parceiras possam falar aos presidentes das Câmaras sobre temas relevantes, como transparência e julgamento

de contas, dentre outros assuntos.”

O evento deve contar também com a participação de outros órgãos como Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas do Estado.

PROGRAMA

Criado por meio do Ato nº 287/2017-GPGJ, no dia 5 de junho deste ano, o Programa Câmara em Dia tem o objetivo de fazer com que as Câmaras Municipais atualizem os processos de julgamentos das contas dos gestores.

O programa está sendo executado em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA), que tem os mecanismos necessários para identificar as Câmaras de Vereadores que receberam e não julgaram as prestações de contas. Além de incentivar uma maior agilidade nos julgamentos, o MPMA poderá, também, buscar a responsabilização administrativa, civil e penal dos Legislativos inadimplentes.

Para o desenvolvimento do Câmara em Dia, cabe ao Centro de Apoio Operacional da Probidade Administrativa (CAOP – ProAd) instaurar processo administrativo para acompanhar o desenvolvimento do trabalho em todo estado e prestar apoio técnico e jurídico aos promotores de justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 09 / 08 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Famem vai apresentar proposta sobre aplicação de recursos recuperados do extinto Fundef

A Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) apresentará oficialmente à Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão pleito sobre a aplicação dos recursos do extinto Fundef que estão em vias de ser recebidos por 13 municípios maranhenses. Os recursos em questão foram recuperados em ações já transitadas em julgado e com precatórios judiciais expedidos.

A decisão foi acertada durante reunião, esta semana, entre o presidente da entidade municipalista, prefeito Cleomar Tema

(Tuntum), e o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado.

Também participaram do encontro o procurador-geral de Justiça, Luís Gonzaga Coelho; a procuradora do Ministério Público de Contas, Flávia Gonzalez; a procuradora do Caope Educação, Erica Becker; prefeitos integrantes da diretoria da Famem; e assessores jurídicos do Tribunal e da Federação.

Cleomar Tema externou a preocupação dos prefeitos maranhenses sobre a divergência

na aplicação dos recursos decorrentes dessas ações judiciais. Ressaltou, ainda, que embora estes recursos ainda não estejam disponíveis para o uso imediato, faz-se necessário buscar o entendimento com os órgãos de controle externo para que os gestores possam dar a destinação correta aos mesmos.

A partir da apresentação da proposta oficial da Famem sobre o tema, a Rede de Controle vai se debruçar sobre a questão, agendando posteriormente, uma nova rodada de discussão com a diretoria da entidade e sua assessoria jurídica.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 09 / 08 / 2017	Página <i>01</i>	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

ESQUIZOFRENIA?

Justiça nega pedido de internação a Elísio

A juíza titular da 8ª Vara Criminal, Oriana Gomes, negou o pedido de internação do bacharel em Direito, Roberto Elísio Coutinho de Freitas, o Gordo, de 50 anos, em uma clínica de reabilitação, localizada na Ilha, solicitada por seus advogados. A decisão foi tomada nesta terça-feira durante a audiência de instrução ocorrida no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. **VIDA**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 09 / 08 / 2017	Página 02	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Justiça decide manter Roberto Elísio preso

Em audiência de instrução, advogados de Elísio, acusado de maltratar a mãe, solicitaram que ele fosse transferido para uma casa de internação, no entanto, a juíza não acatou o pedido

REDAÇÃO

A estratégia da defesa de Roberto Elísio, que foi preso em maio por maus-tratos contra a própria mãe, não foi suficiente para livrá-lo da prisão ontem. Em audiência de instrução realizada durante boa parte do dia, os advogados de Elísio solicitaram que ele fosse transferido da prisão para uma casa de internação, para poder receber o tratamento do seu suposto transtorno mental.

A juíza Oriana Gomes, no entanto, não acatou o pedido. Segundo ela, ainda é preciso examinar todas as provas apresentadas. Com isso, Roberto Elísio continuará preso. Na audiência de ontem, foram ouvidas testemunhas de acusação e de defesa. Roberto Elísio também foi ouvido.

Indiciado por tortura

Roberto Elísio foi indiciado por tortura poucos dias após ser preso. Segundo o promotor José Augusto Cutrim Gomes, inicialmente foi analisado o que está na instrução do inquérito,



Roberto Elísio foi indiciado por torturar a mãe poucos dias após ser preso



Eu já posso citar três (crimes): tortura, agressão física e psicológica, e abuso financeiro, porque ele se apropriou do patrimônio dela. Isso também está previsto no estatuto do idoso

José Augusto Cutrim, promotor

que são os crimes que deram vazão à prisão preventiva, mas podem haver implicações de mais crimes.

"Eu já posso citar três: tortura, agressão física e psicológica, e abuso financeiro, porque ele se apropriou do patrimônio dela. Isso também está previsto no estatuto do idoso. Então já tem esses três crimes configurados, em uma primeira leitura, chegando perto dos 18 anos a pena máxima", afirmou o promotor à época.

O crime de tortura vai até 8 anos acrescido de 1/3 por ter sido feito contra a própria mãe e os outros dois, 4 anos cada um a pena máxima. "Isso em tese, porque durante a instrução a gente vai ver como vai aplicar, mas a gente parte dessa medida", pontuou o promotor José Augusto Cutrim.

O caso de Elísio Coutinho veio a público depois que vídeos gravados pela própria companheira do agressor foram divulgados nas redes sociais e aplicativos de mensagem. Neles, Elísio aparece agredindo física e psicologicamente sua própria mãe, a professora aposentada Joseth Coutinho Martins de Freitas, de 84 anos de idade.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () Debate () Extra	() Atos e Fatos () A tarde () Correio de Notícias () O quarto poder () Internet / Blog	() Política () Cidades / Vida () Geral () Outros	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia
DATA 09 / 08 / 2017	Página 04	() Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa	

Juíza nega internação a agressor da própria mãe

Roberto Elísio prestou depoimento ontem, no fórum, durante audiência de instrução, quando seu advogado solicitou sua internação negada pela juíza

A juíza titular da 9ª Vara Criminal, Oriana Gomes, negou o pedido de internação do bacharel em Direito, Roberto Elísio Coutinho de Freitas, o *Goreto*, de 50 anos, em uma clínica de reabilitação, localizada na Ilha, solicitada por seus advogados. A decisão foi tomada ontem durante a audiência de instrução ocorrida no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. O advogado é acusado de ter agredido e ameaçado a própria mãe, Joseth Coutinho Martins de Freitas, de 84 anos, em sua residência, no bairro do Vinhais. Ele está preso desde o dia 26 de maio deste ano, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Ontem, o acusado participou da primeira audiência de instrução, presidida pela magistrada Oriana Gomes e contou com a participação do promotor de Justiça do Idoso, José Cutrim e do advogado de defesa de Roberto Elísio, Jânio Queiroz. Du-



Roberto Elísio, quando chegava ao fórum para audiência de instrução

rante a audiência, foram ouvidas sete testemunhas de acusação e defesa. Roberto Elísio também prestou depoimento.

O advogado de defesa solicitou à magistrada que o seu cliente pudesse ser transferido para uma clínica para fazer o tratamento da

doença de esquizofrenia, mas a solicitação foi negada de imediato pela magistrada. Segundo a juíza, o laudo do exame em que Roberto Elísio foi submetido deve ser analisado com exatidão. Ela informou que só vai se pronunciar sobre esse processo depois de analisar as delegações finais

do Ministério Público e das testemunhas de acusação. "Devemos analisar esse caso com muita exatidão, pois é de alta complexidade", declarou a juíza.

Violência

Na noite de 25 de maio, circulou na rede social um vídeo em que Roberto Elísio Coutinho aparece agredindo a sua genitora com um pedaço de ferro e ainda psicologicamente, puxando à força o seu braço e lhe dando empurrões. A vítima é professora aposentada de uma universidade pública e ainda sofre de Alzheimer.

A polícia foi informada do fato e o caso foi investigado pela Delegacia do Idoso, coordenada pela delegada Igliana Freitas. Após ter ciência do caso, solicitou ao Poder Judiciário a prisão preventiva do acusado e a ordem judicial foi cumprida no dia 26 de maio.

Roberto Elísio Coutinho foi preso na residência da família, em Raposa, e autuado pelos crimes de tortura, violência doméstica, ameaça e cárcere privado, que tem pena acima de 20 anos de cadeia. Ainda segundo a delegada, cabe ao agressor, que se diz portador de esquizofrenia, provar essa situação na Justiça, por meio de exames médicos. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 09 / 08 / 2017	Página 09	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Juíza mantém prisão de bacharel em Direito filmado agredindo a própria mãe

Decisão aconteceu durante audiência de instrução ocorrida ontem, no Fórum Desembargador Sarney Costa

Divulgação

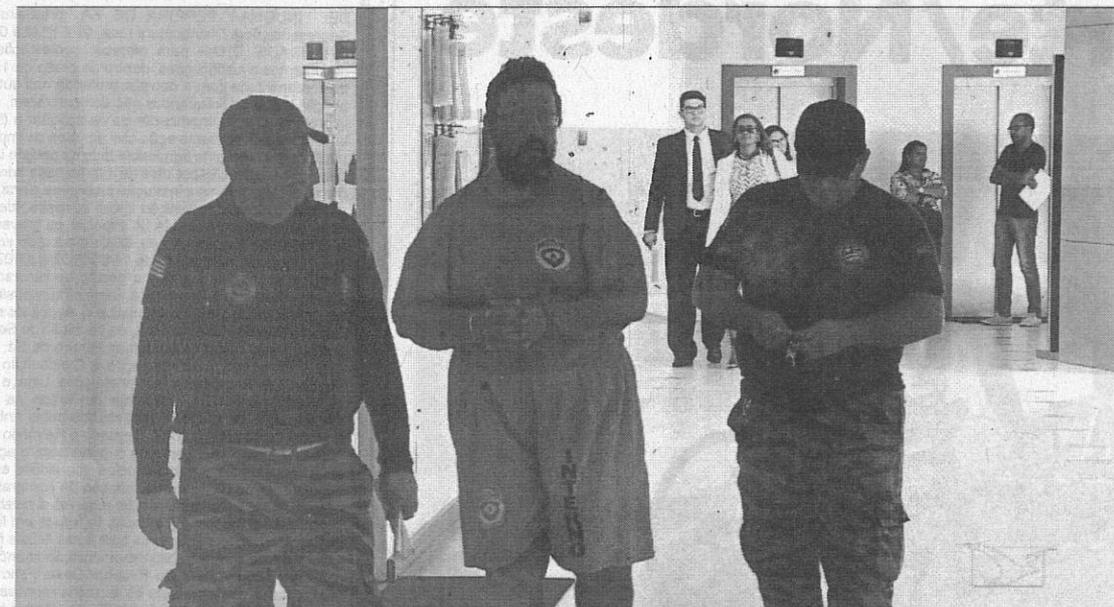
NELSON MELO

Foi realizada, nessa terça-feira (8), no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, a primeira audiência de instrução e julgamento (AIJ) de Roberto Elísio Coutinho, de 51 anos, acusado de agredir a própria mãe, Josete Coutinho de Freitas, 84. Após as oitivas, a juíza Oriana Gomes negou o pedido de defesa de Roberto Elísio para que ele saísse do presídio e fosse levado para uma clínica psiquiátrica. O bacharel em Direito foi flagrado cometendo o crime em um vídeo amplamente divulgado nas redes sociais e que gerou revolta da sociedade.

A audiência, segundo a Assessoria de Comunicação do Fórum, foi presidida pela juíza Oriana Gomes, titular da 8ª Vara Criminal da Comarca de São Luís. No decorrer da sessão, foram ouvidas testemunhas de acusação e de defesa. O réu também foi interrogado pela magistrada, que, com suas indagações, pretendia reunir informações sobre as motivações para as agressões e outros detalhes que serão úteis nos próximos dias, quando a sentença do acusado será proferida.

A Ascom do Fórum disse que, na audiência de instrução e julgamento, a defesa do bacharel em Direito requereu que o cliente fosse colocado em uma casa de internação, alegando que ele sofre problemas psiquiátricos. Porém, a juíza indeferiu o pedido, argumentando que, primeiramente, necessita examinar todas as provas, o que será feito quando a sair a sentença, que ocorrerá após o Ministério Público e o advogado do réu apresentarem as alegações finais.

Nos próximos dias, ocorrerá



O bacharel em Direito Roberto Elísio, quando chegava ao Fórum para a audiência de instrução

o julgamento do réu, onde a magistrada irá proferir a sentença do acusado do crime pelo qual está respondendo. Na AIJ, como apurado pela reportagem do Jornal Pequeno, o objetivo é verificar o conteúdo da documentação sobre o processo, desde o inquérito, a denúncia, as provas e outros itens.

A PRISÃO

Roberto Elísio Coutinho foi preso após intervenções feitas pela delegada Iglia Freitas, titular da Delegacia de Proteção ao Idoso, no dia 26 de maio, em Raposa, por volta das 10h30, em um apartamento que seria de um amigo dele, depois de várias diligências na região metropolitana de São Luís. O bacharel em Direito foi procurado depois que vídeos, em que ele aparece agredindo fisicamente e psicologicamente a idosa, foram divulgados nas redes sociais.

Nas gravações, o suspeito diz, em tom de fúria, à sua mãe,

que é professora aposentada da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), "Ou tu fica calada, ou tu vai internada. É o que eu te digo toda hora, porque tu tá insuportável, mamãe. Ninguém te aguenta". Depois, começam os atos violentos no corpo dela, que, por sua idade avançada, não pôde se defender. Os vídeos foram gravados pela esposa do criminoso, mas a divulgação nas redes sociais foi realizada pelo filho do casal, pois ambos não suportavam mais presenciar as agressões sofridas por 'dona' Josete Coutinho, que, pouco depois, foi encaminhada ao Instituto Médico Legal (IML) para exames de corpo de delito, para receber acompanhamento psicológico de uma equipe de assistentes sociais da Delegacia do Idoso.

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

No dia 29 de maio, ocorreu a audiência de custódia, no Fórum Desembargador Sarney

Costa, onde mantiveram a prisão preventiva do bacharel em Direito. A determinação da manutenção foi feita pela mesma juíza que decretou sua prisão, Oriana Gomes, sendo que o pedido de prisão do filho da aposentada também foi solicitado pelo Ministério Público do Maranhão, por meio do promotor do Idoso, José Augusto Cutrim Gomes.

Antes da audiência, em uma apresentação registrada na Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), Roberto utilizou o discurso de que sofre de esquizofrenia, ou seja, tentou retirar sua culpa baseado em um hipotético problema mental. Ademais, ele ainda afirmou que nunca agrediu a mãe, cuja pensão no valor de R\$ 38 mil o sustentava mensalmente. Em outra parte de sua defesa, o bacharel enfatizou que os vídeos que circulam na internet teriam sido editados, e que, nesse sentido, a "verdade" não foi mostrada.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	09 / 08 / 2017	Página	01 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

**R\$ 100 mil
de multa...**

Justiça determina que professores da rede municipal retornem às aulas

O desembargador Ricardo Duailibe determinou o retorno dos professores às atividades e suspensão do movimento grevista. A decisão foi proferida na tarde desta terça-feira (8), por meio de liminar, a partir de entendimento do magistrado que considerou o movimento prejudicial aos cerca de 80 mil alunos da rede pública do município. A liminar determina o retorno dos professores no prazo de 24 horas, a partir da publicação, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil. VDA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	09 / 08 / 2017	Página	<i>01</i>
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Condenado pai que abusava da filha desde os sete anos

Foi condenado a 20 anos de prisão o homem que vinha abusando sexualmente da própria filha de 12 anos. A vítima sofria os abusos desde quando tinha apenas sete anos. VIDA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 09 / 08 / 2017	Página 05	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

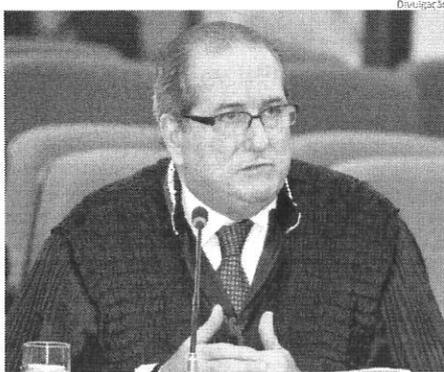
Justiça suspende greve dos professores de SL

Com a decisão, docentes precisam retornar às atividades; categoria está ciente da medida e, até o fechamento desta edição, ainda não havia se pronunciado

A Justiça suspendeu a greve dos professores de São Luís, por meio de decisão expedida, no fim da tarde de ontem, pelo desembargador Ricardo Dualibe. Com o parecer, motivado por pedido formal feito pela Prefeitura de São Luís, os docentes precisam retornar às atividades em sala de aula no prazo de 24 horas, contadas a partir da publicação da decisão. Até o fechamento desta edição, o Sindicato dos Professores do Magistério da Rede Municipal (Sindeduc) ainda não havia se pronunciado sobre o assunto.

Ainda de acordo com a decisão, em caso de descumprimento, os docentes deverão arcar com o pagamento de multa diária no valor de R\$ 100 mil. Segundo o magistrado, a "greve padece de cristalinas ilegalidades, afetando diretamente oenta mil alunos". Para o desembargador, o movimento é considerado ilegal e abusivo.

Em contato feito por telefone por O Estado, a direção do Sindeduc confirmou – mesmo com a decisão judicial – a realização de uma manifestação hoje, a partir das 17h, em frente à Biblioteca Pública Benedito Leite, região central da cidade. Durante o ato, os docentes deverão



Desembargador Ricardo Dualibe decidiu suspender a greve dos docentes

expor as reivindicações da categoria, dentre elas, reajuste salarial de 7,64%.

Salários

Segundo os professores, o aumento dos salários é possível, uma vez que o Município teria recebido, recentemente, via Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o valor aproximado de R\$ 15 milhões que deveria ser aplicado em investi-

mentos para a educação.

A greve da categoria começou no dia 1º deste mês e, até segunda-feira, 7,30% dos profissionais haviam aderido ao movimento - o que totaliza aproximadamente 1.500 professores. Por causa da paralisação, decidida no fim do mês de maio em assembleia da categoria, várias escolas públicas da capital não iniciaram as atividades neste semestre.

Além de reajuste salarial, os docentes também querem a efetiva-

MAIS

Reivindicações dos professores

- Reajuste salarial de **7,64%**
- Efetivação da política municipal de construção de creches;
- Melhoria na infraestrutura das unidades atuais de ensino;
- Alimentação escolar de qualidade;
- Regularização do transporte escolar

ção da política municipal de construção de creches, melhoria na infraestrutura das unidades atuais de ensino, alimentação escolar de qualidade e regularização do transporte escolar. Sobre as demandas da categoria, até o início da noite de ontem a Prefeitura de São Luís não se manifestou. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 09 / 08 / 2017	Página 02	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Famem quer apresentar proposta sobre aplicação de recursos recuperados do Fundef

A Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) apresentará oficialmente à Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão pleito sobre a aplicação dos recursos do extingo Fundef que estão em vias de ser recebidos por 13 municípios maranhenses. Os recursos em questão foram recuperados em ações já transitadas em julgado e com precatórios judiciais expedidos.

A decisão foi acertada durante reunião, esta semana, entre o presidente da entidade municipalista, prefeito Cleomar Tema (Tuntum), e o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado.

Também participaram do encontro o procurador-geral de Justiça, Luís Gonzaga Coelho; a procuradora do Ministério Público de Contas, Flávia

Gonzalez; a procuradora do Caope Educação, Erica Becker; prefeitos integrantes da diretoria da Famem; e assessores jurídicos do Tribunal e da Federação. Cleomar Tema externou a preocupação dos prefeitos maranhenses sobre a divergência na aplicação dos recursos decorrentes dessas ações judiciais.

Ressaltou, ainda, que embora estes recursos ainda não estejam disponíveis para

o uso imediato, faz-se necessário buscar o entendimento com os órgãos de controle externo para que os gestores possam dar a destinação correta aos mesmos. A partir da apresentação da proposta oficial da Famem sobre o tema, a Rede de Controle vai se debruçar sobre a questão, agendando, posteriormente, uma nova rodada de discussão com a diretoria da entidade e sua assessoria jurídica.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	09 / 08 / 2017	Página	02
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Terminal Rodoviário de São Luís é alvo de nova vistoria

Inspeção foi realizada pelo Corpo de Bombeiros e acompanhada pelo juiz Douglas de Melo Martins; durante a atividade, foi constatado que os itens de segurança estavam regulares, mas outras questões ainda serão resolvidas

O Terminal Rodoviário de São Luís, localizado na Avenida dos Franceses, foi alvo de uma inspeção realizada na tarde de ontem pelo Corpo de Bombeiros. A atividade fez parte de uma ação movida pelo Ministério Público (MP) que está em tramitação na Justiça. Foi constatado que as irregularidades anteriormente encontradas no terminal de passageiros foram sanadas.

A vistoria foi feita pela Diretoria de Atividades Técnicas (DAT) do Corpo de Bombeiros e acompanhada pelo juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos. A ação foi realizada com o objetivo de providenciar melhorias no espaço para reforçar a segurança de frequentadores e trabalhadores.



Juiz Douglas Martins acompanhou o Corpo de Bombeiros em vistoria no Terminal Rodoviário de São Luís

Processo sobre terminal se iniciou em 2016

No dia 6 de julho do ano passado, o Ministério Público (MP) interpus uma ação na Justiça solicitando a interdição do terminal rodoviário. A ação foi resultado de uma investigação de várias irregularidades no terminal, em que também foram apontadas falhas graves no sistema de combate a incêndio e pânico.

O processo teve início no dia 22 de junho. Foi protocolada no MP uma representação do presidente da Agência de Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana (MOB), relatando diversas irregularidades na rodoviária, como casos de prostituição, tráfico de drogas e outros, para que fosse feita a mobilização das forças policiais para combater essas situações.

Um procedimento investigatório foi aberto para apurar as informações relatadas e, aproveitando a oportunidade, o Ministério Público solicitou laudos técnicos do Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Defesa Civil. Já com o laudo do Corpo de Bombeiros em mãos, o promotor Cláudio Guimarães, da promotoria de Controle Externo da Atividade Policial, tomou conhecimento da situação preocupante em que se encontrava o terminal e solicitou à Justiça a interdição da

rodoviária.

Diante da gravidade do laudo do Corpo de Bombeiros, e por entender que o funcionamento da rodoviária de São Luís, naquelas condições, colocava em risco a vida das pessoas que ali transitam ou desempenham suas atividades laborais, o Ministério Público requereu a interdição do terminal e a imediata reforma e as adaptações devidas, dentro do prazo de 60 dias.

O juiz Douglas de Melo Martins acolheu em parte o pleito ministerial por entender que a interdição da rodoviária naquele momento seria uma medida desproporcional. Em sua decisão, o magistrado lembrou que o transporte é um serviço essencial e que a paralisação do único terminal rodoviário da cidade, sem a alternativa de outro local para a prestação do serviço, causaria danos aos usuários.

O juiz reconheceu a necessidade de se assegurar aos usuários e funcionários do terminal condições seguras para o desenvolvimento de suas atividades. Segundo ele, a medida objetiva o cumprimento de normas técnicas que visem a resguardar a segurança e a integridade físicas das pessoas, por meio da adoção de mecanismos que diminuam o risco de incêndio. ●

Vistoria

Durante a inspeção, foi verificado que as irregularidades diziam respeito à inoperância do sistema de hidrante; extintores de incêndio com carga vencida; ausência de sinalização e luzes de emergência, entre outros problemas. Tais situações colocavam em risco a segurança das pessoas que estavam na rodoviária, em caso de um eventual acidente.

Também foram realizados testes nos equipamentos de prevenção e combate a incêndio. No fim da atividade, observou-se que as falhas foram corrigidas e os dispositivos estavam em pleno funcionamento.

"Nós apresentamos um relatório em as falhas, para que o gestor da rodoviária pudesse cumprir o que

foi notificado. Ele cumpriu e o sistema de hidrante está funcionando; a sinalização e luzes de emergência coloradas e feita a recarga dos extintores. Então, tudo o que foi pontuado foi feito pela gestão da rodoviária e o Corpo de Bombeiros está certificando esse trabalho", disse o coronel Ernesto França, comandante do DAT.

Após a vistoria de ontem, será elaborado um relatório e entregue para o juiz Douglas de Melo Martins que será anexado ao processo judicial sobre a situação da rodoviária. Com o processo, o magistrado decidirá que não há necessidade para a interdição do terminal rodoviário, como estava proposto a ação movida pelo Ministério Público (MP), pois o espaço tem

condições de funcionamento.

Posterior

Contudo, outros aspectos ainda serão analisados pelo juiz. Uma deles é sobre o processo licitatório para a escolha da nova empresa que vai gerenciar o terminal de passageiros, entre outros aspectos legais da situação. "Esse aspecto da segurança, que era a minha preocupação emergencial, está sanado. Agora vamos dar seguimento. A inspeção judicial faz parte do processo. Outras provas serão produzidas para decidir outros aspectos que tem a ver com o funcionamento da rodoviária, que não diz respeito somente com a segurança", explicou o magistrado.

De acordo com Ricardo Medeiros,

proprietário da empresa RMC Comércio e Serviços LTDA, que atualmente gerencia o terminal de passageiros, já estão sendo tomadas as providências para solucionar os problemas listados pelos comerciantes que trabalham na rodoviária.

"Ontem [segunda-feira], tivemos uma reunião com eles para apontar esses problemas, e estamos montando uma estratégia para resolver todas as questões com os permissionários. Antes, não estávamos prontos para resolver esses problemas por falta de recurso. Agora, com o pagamento que eles vão fazer, vamos resolver todas as pendências da rodoviária", disse Ricardo Medeiros. Ele informou também que pretende participar do processo licitatório.

Filara Oliveira



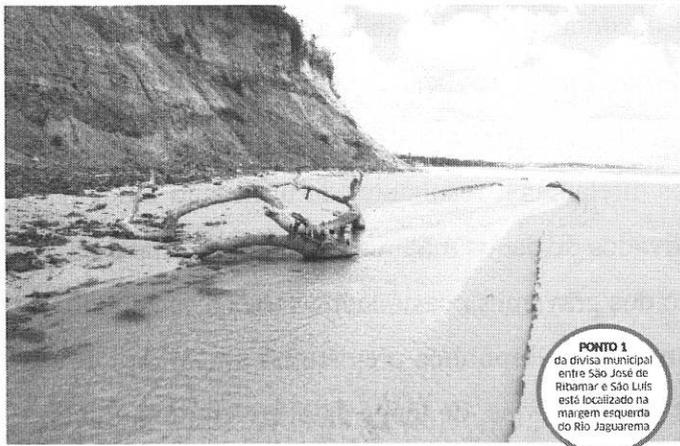
MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 09 / 08 / 2017	Página 01	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Ilha de São Luís tem limites intermunicipais atualizados por lei

Limites territoriais na Ilha sempre foram sinônimo de problemas para moradores de bairros que ficam em áreas limítrofes entre as cidades que compõem a Grande São Luís



JOCK DEAN
Da equipe de O Estado

A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (Alemar) aprovou lei que atualiza a divisa intermunicipal de São José de Ribamar e São Luís. Os limites territoriais na Ilha sempre foram sinônimo de problemas para os moradores de bairros que ficam em áreas limítrofes entre as cidades que compõem a Grande São Luís. Desde 2016 os deputados estaduais tentam organizar, por meio de uma lei, os novos limites territoriais entre as cidades da Grande São Luís.

A Lei nº 10.649, de 31 de julho de 2017, sancionada pelo governador Flávio Dino (PT do B) e publicada na edição do dia 1º deste mês do Diário Oficial do Estado, atualiza, com base na Lei nº 10.298, de 22 de junho de 2015, que dispõe sobre as atualizações Cartográficas das Divisões Intermunicipais do Estado do Maranhão, a divisa do município de São José de Ribamar e São Luís, constante da Lei nº 756, de 24 de setembro de 1952. Foi a Lei nº 759, de 24 de setembro de 1952, que desmembrou definitivamente o então distrito de Ribamar do município de São Luís, elevando-o à categoria de município. Segundo a mesma legislação, o ponto 1 da divisa municipal entre São José de Ribamar e São Luís está localizado na margem esquerda do Rio Jaguarema, próximo a sua foz na Baía de São Marcos. A foz do Rio Jaguarema fica na Praia do Mesa, entre as praias do Olho d'Água e Araçá.

A Lei nº 10.649/2017 estabelece um total de 57 pontos que delimitam as duas cidades. De acordo com a lei, o "ponto final" que divide as duas cidades é a margem direita do Rio Itaipá, popularmente conhecido como Rio Tajupari, próximo a sua foz na Baía do Aranal, no litoral ribamarense.

Jamburi foram aprovadas e san-

REGIÃO METROPOLITANA

Segundo a Lei Estadual Complementar nº 161/2013, a Região Metropolitana de São Luís é formada por nove municípios: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, Alcântara, Rosário, Bacabeira, Santa Rita e Icatu. Mas a primeira metropolização ocorreu em 1998 com a Lei Estadual Complementar nº 38/1998, que foi sancionada declarando os quatro municípios da Ilha de São Luís (São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa) como a Região Metropolitana de São Luís. Em 2003, Alcântara foi incluída, sendo a quinta cidade a compor a região.

A Lei Federal nº 13.089/2015, ou Estatuto da Metrópole, especifica critérios para determinar o que pode ser uma região metropolitana, como considerar "os bens e serviços fornecidos pela cidade à região, abrangendo produtos industriais, educação, saúde, serviços bancários, comércio, empregos e outros itens pertinentes."

LOCALIZAÇÃO

Localidade	Mapa IBGE	Localização Correta
Cidade Olímpica	São Luís	São Luís / São José de Ribamar
Conj. Parque do Farol	Paço do Lumiar/SJR	São José de Ribamar
Invasão Caveira	Paço do Lumiar	São José de Ribamar
Invasão Rosa de Saron	Paço do Lumiar	São José de Ribamar
Loteamento Olho de Porco	Paço do Lumiar/SJR	São José de Ribamar
Lot. Portal do Cohatrac	Paço do Lumiar	Paço do Lumiar/SJR
Loteamento Vila Fiori	Paço do Lumiar	São José de Ribamar
Lot. Viliégio do Cohatrac V	São Luís/SJR	São José de Ribamar
Parque Bob Kennedy	Paço do Lumiar	SJR/Paço do Lumiar
Parque Jair	Paço do Lumiar	São José de Ribamar
Parque Morada do Sol	Paço do Lumiar	SJR/Paço do Lumiar
Santa Efigênia	São Luís	São Luís/SJR
Trizidela da Maloba	São Luís/SJR	São José de Ribamar
Vila José Reinaldo Tavares	São Luís	São José de Ribamar
Vila Sarney Costa	São Luís	São José de Ribamar
Vila Tamer	São Luís	São Luís / São José de Ribamar

Observação: conforme Ação Civil Pública Declaratória e Condutoria do MPMA.

cionadas leis que atualizaram os limites territoriais dos demais municípios da Grande São Luís. A Lei nº 10.648, de 31 de julho de 2017, atualiza a divisa intermunicipal de São José de Ribamar constante na Lei nº 1.890, de 7 de dezembro de 1959, que desmembrou Paço do Lumiar de São José de Ribamar, elevando-o a categoria de município. Até então, a localidade era um distrito de São José de Ribamar. A lei encena 66 pontos de limites territoriais entre as duas cidades, o primeiro deles localizado na margem direita do Rio Santo Antônio ou Rio Antonio Pastres, próximo a sua foz na Baía de Carupá.

A Lei nº 10.650, de 31 de julho de 2017, atualiza a divisa intermunicipal de Paço do Lumiar e São José de Ribamar constante na Lei nº 1.890, de 7 de dezembro de 1959, que desmembrou Paço do Lumiar de São José de Ribamar, elevando-o a categoria de município. Até então, a localidade era um distrito de São José de Ribamar. A lei encena 66 pontos de limites territoriais entre as duas cidades, o primeiro deles localizado na margem direita do Rio Santo Antônio ou Rio Antonio Pastres, próximo a sua foz na Baía de Carupá.

Grande São Luís

As quatro cidades fazem parte da Grande São Luís, que é composta por São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa - que também compõem a chamada Região Metropolitana de São Luís, que tem 9 municípios, segundo a Lei Estadual Complementar nº 161, de 3 de dezembro de 2013.

Atualmente, quase um quarto de toda a população do Maranhão vive na Grande São Luís, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado a partir da estimativa populacional de

NÚMEROS

1.082.935 habitantes é a população de São Luís

176.008 habitantes é a população de São José de Ribamar

119.915 habitantes é a população de Paço do Lumiar

30.304 habitantes é a população de Raposa

21.667 habitantes é a população de Alcântara

1.605.305 habitantes é a população da Região Metropolitana de São Luís

Fonte: Estimativa Populacional de 2016 (IBGE)

2016. As cidades estão também entre as mais populosas de todo o estado, sendo São Luís a única a ultrapassar a marca de 1 milhão de habitantes. São José de Ribamar é uma das sete cidades maranhenses com mais de 100 mil habitantes, sendo a terceira maior população do estado. Com mais de 250 mil habitantes, Imperatriz ocupa o segundo lugar no ranking. Com quase 120 mil habi-

tando o desenvolvimento de instituições públicas em benefício dos cidadãos.

Jamburi garantem aos moradores a prestação dos serviços públicos, que muitas vezes se tornam inacessíveis, já que a comunidade não sabe a qual prefeitura recorrer, e em alguns casos as próprias administrações municipais informam que a responsabilidade é de outro município por se tratar de área limítrofe. A redefinição deve ainda facilitar a metropolização da Grande São Luís, há tempos discutida mas nunca saiu do papel.

Nova redação da lei estabelece 29 pontos limítrofes

A lei encena 66 pontos de limites territoriais

tantes, Paço do Lumiar ocupa o sétimo lugar. Já Raposa aparece na 55ª posição, tendo pouco mais de 30 mil habitantes.

Com a nova definição de limites, o contingente populacional deve ser alterado no próximo Censo IBGE, já que bairros que ficam em áreas limítrofes entre as cidades deverão ser definitivamente incluídos no território de uma dos quatro municípios.

Projetos de lei

Os projetos de lei para redefinição dos limites dos quatro municípios da Ilha de São Luís foram assinados no dia 22 de maio deste ano pelos quatro gestores municipais. As propostas tramitam na Assembleia Legislativa e assim que aprovadas foram sancionadas pelo governador do Estado. Após serem aprovadas pelo Conselho do Instituto Maranhense de Estudos Cartográficos (Imesc), os li-

Região Metropolitana de São Luís tem 9 municípios

Quase um quarto da população do estado vive na Ilha

mites foram reorganizados conforme a atual configuração dos bairros.

A redefinição dos limites dos quatro municípios da Ilha de São Luís deverá sanar problemas históricos como a dupla cobrança de impostos como o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). A definição dos limites territoriais causa problemas também no repasse de verbas dos governos Estadual e Federal nos municípios - tais como o Sistema Único de Saúde (SUS), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) - compre-

Discussão

A questão dos limites geográficos dos quatro municípios que compõem a Grande São Luís chegou a ser alvo de uma Ação Civil Pública Declaratória e Condutoria interposta pelo Ministério Público do Maranhão (MP) contra o Estado do Maranhão e os municípios de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar no início de junho deste ano. A ação foi assinada pelos promotores Carlos Henrique Brasil Justes de Menezes, da 2ª Promotoria de Justiça de São José de Ribamar, e Fernando Barreto, da Promotoria Especializada do Meio Ambiente de São Luís.

A Ação Civil detalhou os prejuízos provocados pela indefinição dos limites dos municípios da Grande São Luís e destaca a insegurança social e jurídica da população residente em bairros limítrofes. Segundo a ação, a indefinição era prejudicial porque provocava a aborção de recursos orçamentários de uma área geográfica para outra, dificultando a administração pública.

Além do Ministério Público Estadual, a questão foi debatida também na Justiça Federal. Em abril, arrolou-se, na 3ª Vara da Justiça Federal, uma reunião de conciliação com o objetivo de buscar uma solução sobre os limites dos quatro municípios da ilha, que integram a região metropolitana de São Luís.

Participaram o juiz federal José Carlos Madureira e o procurador da República, Hugo Ferreira de Oliveira; o prefeito de Paço do Lumiar, Domingos Duarte; o procurador do Município de São Luís, Artur José Rajta Freitas; o vice-prefeito de São José de Ribamar, José Eudes Sampaio Nunes; representante a Prefeitura de Raposa, o pai da prefeita Telma Lucí, Jose Lucí, além de representantes do IBGE e do Imesc. Ao final do encontro, por sugestão do juiz federal José Carlos Madureira, ficou definido que o congruência de ações para que houvesse uma definição dos limites.

Em maio deste ano, o Imesc apresentou, em audiência pública realizada na Assembleia, a Linha Operacional dos Municípios de São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar, elaborada para o último Censo Demográfico ocorrido em 2010. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
DATA 09 / 08 / 2017	Página 03		

Deputado pede intervenção em Bela Vista do Maranhão

De acordo com Sousa Neto, há claro abuso de poder econômico por parte do prefeito comunista Orias Mendes, com desvios no Fundeb

O deputado Sousa Neto (PROS) ocupou a Tribuna da Assembleia Legislativa, ontem, para cobrar providências do Poder Judiciário e do Ministério Público sobre as denúncias de abuso de poder político e econômico na gestão do prefeito Orias Mendes (PCdoB), de Bela Vista do Maranhão.

"A Cidade de Bela Vista foi vítima do maior estelionato eleitoral já visto na sua história, com a reeleição do senhor Orias, prefeito da cidade, do Partido Comunista (PCdoB), e que já ficou comprovado por meio das denúncias que o Ministério Público Federal (MPF) tem apresentado contra o gestor, referente a desvios nos recursos do Fundeb, licitações suspeitas, fraudes nos contratos de reforma de escolas e da compra de merenda escolar. Como representante do Vale do Pindaré nesta Casa, não posso deixar de me manifestar. Bela Vista é um município de povo trabalhador, ordeiro e acolhedor, mas está sofrendo nas mãos dessa administração desastrosa", denunciou o parlamentar.

Na semana passada, a juíza eleitoral Kariny Reis Bogá Santos, responsável pela 77ª Zona Eleitoral, cassou o prefeito e sua vice, Vanusa Santos Moraes, "e embora atardiado, na verdade, ele continuou ainda a comandar a Prefeitura", denunciou.

Sousa fez um apelo à Justiça e ao MPF que possam intervir em favor do município. "Esse prefeito comunista quer, de todas as formas, tirar



Sousa Neto pediu que a Justiça determine afastamento de prefeito

o que foi gasto na campanha. A cidade de Bela Vista hoje está um caos total, principalmente na área da educação. As escolas praticamente estão sem aulas, não há merenda escolar e obras que não foram feitas estão sendo cobradas. Quero aqui pedir providências para o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, a esta Casa, para que possa haver uma intervenção naquele município".

Comissão

Na sua fala, Sousa propôs aos demais deputados, uma visita ao município para constatar a situação. "Vou entrar com requerimento para que possamos, pela Comissão de Educação, fazer uma visita ao município de Bela Vista e comprovarmos o que trouxe a esta tribuna. Não se pode admitir que uma cidade como Bela Vista, com quase 12 mil habitantes, sofra uma calamidade pública".

INVESTIGAÇÃO

Comunista vem sendo investigado

Orias de Oliveira Mendes vem sendo investigado desde 2013 por denúncias de fraude no fornecimento de merenda, nos contratos de reforma nas escolas do município e fraudes em licitações. Segundo levantamentos do MPF, os desvios chegam a quase R\$ 3 milhões, da Educação.

A grande maioria das escolas municipais, hoje, a situação é de total abandono, com paredes caindo aos pedaços, carteiras velhas, janelas fechadas com pedaços de pau.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

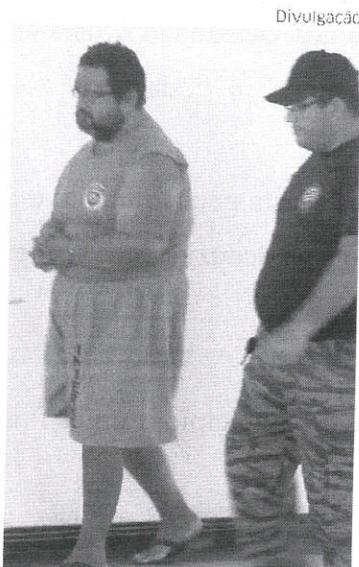
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	Capa
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	09 / 08 / 2017	Página	01 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Decisão

Juíza nega internação a homem que agrediu a própria mãe

A juíza Oriana Gomes negou ontem o pedido de internação do bacharel em Direito Roberto Elísio Coutinho, de 50 anos. **POLÍCIA 4**





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 09 / 08 / 2017	Página 02	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

OU VAI OU RACHA

Decisão sobre regulamentação do Uber em São Luís sai esta semana

A regulamentação do serviço de transporte de passageiros por aplicativos tipo Uber foi tema de mais uma reunião de trabalho, na segunda-feira (7), com vereadores, representantes do Ministério Público Estadual (MP) e membros do Sindicato dos Taxistas de São Luís.

Realizado na sala de reuniões do Palácio Pedro Neiva de Santana, sede do Legislativo da capital, o encontro teve por objetivo buscar soluções para situação do segmento na cidade que, mesmo proibido por lei, conta com pouco mais de 1,5 mil motoristas prestando serviço por meio do aplicativo.

As rodadas de discussão ocorrem desde a última quinta-feira (3), quando a promotora de Defesa do Consumidor, Lítia Cavalcante, o presidente do Sindicato dos Taxistas, Renato Teixeira e os vereadores Paulo Victor (Pros), Honorato Fernandes (PT) e Astro de Ogum (PR), presidente da Câmara, iniciaram as primeiras discussões visando avançar no projeto que regulamenta a atividade.

O presidente Astro de Ogum anunciou que a decisão sobre o projeto de lei que regulamenta a Uber na capital deve sair ainda esta semana e afirmou que debates como esses são necessários para que todas as partes envolvidas sejam beneficiadas.

"Foi uma reunião boa e graças a Deus as arestas estão sendo aparadas e as categorias estão entrando em entendimento que será bom para



A reunião contou com a participação de vereadores e da promotora Lítia Cavalcante

ambas as partes e ainda essa semana teremos uma decisão final com a regulamentação do aplicativo", afirmou o chefe do Legislativo.

Renato Teixeira, presidente do Sindicato dos Taxistas, elogiou a participação da Câmara nessa discussão e afirmou que o projeto sobre a regulamentação da atividade terá sugestões de taxistas e motoristas Uber para chegar a um denominador comum.

"A Câmara vai ser a protagonista do resultado final deste debate. Estamos aguardando até quinta-feira para sentar com os representantes do Uber e sentar com a promotora em seu gabinete para finalizar o projeto com as ideias de taxistas e as dos motoristas Uber em busca de chegar a um denominador comum", declarou Renato.

A promotora Lítia Cavalcante também elogiou a reunião e afirmou que o encontro serviu para ouvir as duas categorias, pois, segundo ela, existe hoje muita distorção no

que é dito e falado em relação ao serviço.

"Essa reunião serviu para clarear, pois, existe hoje muita distorção no que é dito e falado em relação ao serviço. Na quinta-feira, vamos nos reunir na Promotoria de Defesa do Consumidor de São Luís tanto com os representantes dos aplicativos quanto os taxistas para que se formule uma legislação que está sendo encabeçada pelo presidente Astro de Ogum para regulamentar a atividade", disse Lítia.

EMENDAS PARA LACUNAS - Para regularização do Uber, tramita na Câmara um projeto de lei do vereador Paulo Victor. Segundo o parlamentar, a proposta deverá receber emendas para que lacunas sejam fechadas e o consumidor não seja prejudicado.

Uma das emendas a ser apresentada – isso já definida nesta reunião – é a de que seja reduzido o número de motoristas que prestam serviço no Uber. A redução seria de 1,5 mil motoristas para

apenas 600.

Novas propostas deverão ser apresentadas em nova reunião que acontecerá na Câmara. A data para a próxima reunião será na quinta-feira na Promotoria de Defesa do Consumidor de São Luís.

POPULAÇÃO APROVA O UBER - Uma enquete lançada no site da Câmara Municipal de São Luís, no mês de maio, registrou que 91% das pessoas consultadas apoiavam o serviço do Uber, aplicativo que conecta motoristas particulares a passageiros na capital maranhense. Instrumento utilizado pelo portal da Câmara, como ferramenta de consulta pública, a enquete serviu para verificar o apoio da população aos projetos de lei que tramitam na Casa.

Dos 1360 votos contabilizados, 1.239 mil, equivalentes a 91%, se disseram favoráveis à regulamentação da atividade do Uber. Apenas 108 pessoas, equivalentes a 8%, se declararam contra. E 1% optou por não opinar.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 09 / 08 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Josimar de Maranhãozinho na mira da Justiça

Suspeito de usar documento falso, deputado se defende, dizendo estar sofrendo "perseguição política". TRE-MA determina que caso seja investigado pela Polícia Federal

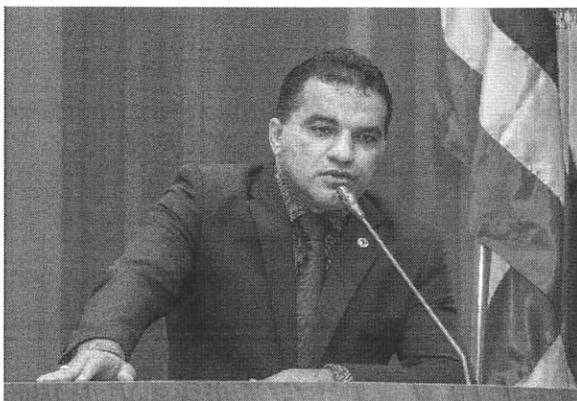
PAULO DE TARSO JR.

O deputado estadual Josimar de Maranhãozinho (PR) está na mira da justiça. Tudo porque existe uma suspeita de que o parlamentar teria utilizado um documento falso para registrar sua candidatura durante as eleições de 2014. O assunto foi levado à Procuradoria Regional Eleitoral (PRE) pelo deputado federal Alufio Mendes (Pode). Com a realização da queixa-crime, o PRE solicitou a instauração de inquérito policial junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) para apurar a denúncia. O pedido foi aceito pelo juiz Eduardo José Leal Moreira, do TRE-MA.

Em seu despacho, o juiz é bem claro sobre o assunto. Ele considera ser necessária a apuração dos fatos uma vez que "nota-se que há indícios suficientes de prática de delito eleitoral a autorizarem a instauração de procedimento investigatório".

Por ser deputado estadual e, conseqüentemente, ocupar um cargo eletivo, Josimar de Maranhãozinho tem a prerrogativa de ter foro no TRE-MA. Por esse motivo, o juiz Eduardo José Leal Moreira determinou que a Superintendência de Polícia Federal no Estado do Maranhão instaurasse inquérito para averiguar as acusações contra o deputado estadual.

"Diante do exposto, determino a nulidade dos presentes autos à Superintendência de Polícia Federal no Estado do Maranhão para que instaure o competente inquérito e, por conseguinte, realize as diligências requisitadas pelo Parquet, além de outras que julgar necessárias, conferindo o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão do procedimento, nos termos do art. 10 do Código de Processo Penal", explicou o juiz em seu despacho.



Polícia Federal terá de investigar denúncia contra o deputado estadual Josimar de Maranhãozinho (PR)

Perseguição

Em junho, quando o assunto ganhou destaque na imprensa, o jornal **O Imparcial** chegou à conversa com o deputado Josimar de Maranhãozinho.

Ná época, ele se defendeu das suspeitas em relação à falsificação do certificado de conclusão do ensino fundamental e disse que se tratava de "perseguição política".

"É mais uma perseguição política de muitos que já superei. Inclusive, nas eleições ou denúncias por motivos que não atingem a minha estabilidade política. Já respondi e apresentei todas as documentações e estou pronto para representar no momento que for necessário", afirmou o deputado à reportagem.

O caso

A Procuradoria Regional Eleitoral requereu a instauração de inquérito policial contra o deputado Josimar de Maranhãozinho com intuito de apurar possíveis práticas dos tipos crimes descritos nos artigos 349 e no 353 do Código Eleitoral. Segundo a peça requisitória, o deputado teria falsificado ou utilizado documento falso (certificado de conclusão do ensino fundamental) para registrar sua candidatura durante as Eleições 2014.

Conforme a exposição, o atual deputado nasceu em Várzea Alegre (CE) em 1970 e lá residu até o ano de 1991, quando se mudou para Marabá (AM) e, somente no ano 2010, veio a residir no Maranhão. Mesmo assim, o certificado e o histórico escolar anexados às fls. 26 e 27743 atestam que Josimar de Maranhãozinho teria cursado o ensino fundamental no Colégio Pensicostal "Cândido Rodrigues", sediado nessa capital, entre 1992 e 1999, ou seja, antes de residir no Maranhão.

CÓDIGO ELEITORAL

Art. 349. Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro, para fins eleitorais.
Penal — nestes casos até cinco anos e pagamento de 3 a 10 dias-multa.

Art. 353. Fazer uso de qualquer dos documentos falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 348 a 352.
Penal — a cominada à falsificação ou à alteração.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	09 / 08 / 2017	Página	04
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

588 detentos estão nas ruas

Por determinação da Justiça, mais de cinco centenas de internos do Sistema Prisional foram beneficiados com a saída temporária do Dia dos Pais. Serão seis dias de liberdade

DOUGLAS CUNHA

Quase 600 internos do Sistema Prisional do estado foram beneficiados com a saída temporária para passar o Dia dos Pais com suas famílias. A Primeira Vara de Execuções Penais da Comarca da Ilha de São Luís (VEP) publicou portaria na qual autoriza a saída temporária de presos para visita aos familiares em comemoração no Dia dos Pais.

A relação tem 588 nomes de apenados que estão aptos a receber o benefício. A portaria da juíza titular Ana Maria Almeida determina a saída às 10 horas da manhã desta quarta-feira, dia 9, e o retorno até as 18 horas da terça-feira, dia 15.

Na sua portaria, a juíza Ana Maria determina que os detentos beneficiados não poderão se ausentar do estado e nem frequentar festas, bares e similares. Estão, também, proibidos de portar arma ou ingerir bebidas alcoólicas, e devem recolher-se às suas moradias até as 20h. Os dirigentes das unidades prisionais deverão comunicar junto à 1ª Vara de Execuções Penais, até as 12h do dia 15, sobre o retorno dos internos e/ou eventuais alterações. A saída temporária de presos ocorrerá de acordo com a Lei 7.210/1984 (Lei de Execuções Penais).

Sobre a saída de presos, a



Superlotação ficará aliviada por seis dias no Complexo Penitenciário

O que diz a Lei

A Lei de Execuções Penais (LEP), de 11 de julho de 1984, trata do direito de ressocialização (condenado e interno) nas penitenciárias brasileiras e da sua integração à sociedade. Sobre a saída temporária de apenados, ela cita no artigo 122: "Os condenados que cumprirem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para a saída temporária do estabelecimento, sob vigilância direta, nos seguintes casos: visita à família; frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior; na Comarca do Juízo da Execução; Participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social".

Ja o artigo 133 da mesma lei versa que "a autorização será concedida por ato motivado do juiz responsável pela execução penal, ouvido o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos: Comportamento adequado; Cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da satisfação dos seguintes requisitos, e 1/4 (um quarto), se reincluído; Compatibilidade do benefício com os objetivos da pena".

Em parágrafo único, a LEP ressalta que ausência de vigilância direta não impede a utilização do equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, quando assim determinar o juiz da execução penal.

Vara das Execuções Penais notificou a Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretaria de Estado de Adminis-

tração Penitenciária, Superintendência da Polícia Federal, Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, e diretorias

dos estabelecimentos penais de São Luís, para operacionalização das medidas estabelecidas na portaria.

SEM NOÇÃO

Pai estuproador é condenado a 20 anos

A Justiça de São Domingos do Azeitão condenou a 20 anos de prisão, a serem cumpridos inicialmente em regime fechado, um homem que vinha abusando sexualmente da própria filha de 12 anos. A vítima sofria os abusos desde quando tinha apenas sete anos. O acusado foi recolhido à Penitenciária Esta-

dual de Balsas para cumprir a pena que lhe foi imposta pelo judiciário.

Outro caso de estupro de vulnerável aconteceu em Chapadinha, tendo como vítima uma adolescente de 17 anos. Ela partilhava de uma festa no Clube Cangala, localizado no Bairro Bela Vista, na margem

da rodovia MA-230.

Ela conversava com seu namorado atrás do palco onde se apresentava uma banda, e um homem não identificado, empunhando uma arma, dominou o casal e obrigou a ir para local isolado, onde obrigou os dois a tirarem suas roupas e com uma arma encostada no pescoço da

adolescente, a estuproa praticando o coito vaginal e depois anal.

Em dado momento, o namorado da vítima conseguiu escapar e, munido-se com um pedaço de pau, partiu pra cima do estuproador, que fugiu levando as roupas da vítima, que vestiu a camisa do namorado para cobrir sua nudez. (DC)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 09 / 08 / 2017	Página 07	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

BAIXA NA FACÇÃO

Líder de facção morre durante confronto com a polícia no Turu

Um integrante de uma facção criminosa que atuava no bairro da Cidade Olímpica, periferia de São Luís, morreu na manhã desta terça-feira (8), durante um confronto com policiais do Serviço de Inteligência (SI) do 6º Batalhão de Polícia Militar.

Segundo a polícia, o homem identificado como Wilton Carlos Miranda Pereira, estava em uma residência localizada no bairro Jardim Turu, quando a equipe policial chegou para cumprir o mandado de prisão em aberto.

Ao perceber a presença da polícia, o homem realizou os disparos. Houve intensa



Wilton Carlos, no detalhe mostrando seu patrimônio e seu corpo após ser crivado por balas

troca de tiros e ele foi baleado. Os policiais ainda levaram o criminoso para a UPA do Parque Vitória, mas ele não

resistiu aos ferimentos.

“Craw” como era conhecido, possuía passagens pela polícia pelos crimes de tráfico

de drogas e homicídio qualificado e era considerado o líder de uma facção criminosa na região.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 09 / 08 / 2017	Página 07	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Quase 600 detentos vão ser beneficiados com a saída do Dia dos Pais

O benefício da saída temporária do Dia dos Pais foi concedido pela Justiça para 588 presos do sistema prisional do Maranhão, segundo portaria divulgada pela 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís. A saída dos detentos beneficiados começa a partir das 10h desta quarta-feira (9).

A Portaria assinada pela juíza titular da 1ª Vara de Execuções Penais, Ana Maria Almeida, determina o retorno dos internos ao sistema pri-

sional até às 18h da terça-feira (15). Em 2016, 43 dos 446 detentos beneficiados não retornaram ao sistema.

Os presos que não retornarem até o fim do prazo, serão considerados foragidos da Justiça. De acordo com o documento, os beneficiados não poderão se ausentar do Maranhão, não poderão ingerir bebidas alcoólicas, não portar armas, bem como não frequentar festas, bares e similares.

A saída ocorre no Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças, Páscoa e Natal, e está prevista na Lei de Execuções Penais.

Só recebem o benefício os presos do regime semiaberto que apresentarem bom comportamento e que tenham cumprido, no mínimo, um sexto da pena. Para homologar a liberação, a Justiça também ouve o Ministério Público e a administração penitenciária.

Assaltante de van é preso na BR-135 pela PRF

Na manhã desta terça-feira (8), houve uma troca de tiros entre policiais rodoviários federais e um criminoso que praticava um assalto, acompanhado de comparsa, dentro de uma van, na BR-135, na área do posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Pedrinhas. Uma passageira ainda foi feita refém pelos bandidos, mas, por sorte, ninguém saiu ferido por disparos.

Como informou a PRF, por meio do seu Núcleo de Comunicação Social (Nucom), a van seguia de São Luís para o inte-

rior maranhense, quando, na altura do km 12,8, perto de um posto de combustível, os dois suspeitos embarcaram no veículo. Porém, quase em frente ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, eles anunciaram o assalto, por volta das 9h30, portando uma arma de fogo e uma faca.

O condutor da van, desesperado, desobedeceu a ordem para que prosseguisse, a fim de entrar em um local indicado pelos bandidos, e parou o transporte junto à marquise do Posto da PRF de Pedrinhas, gritando aos inspe-

tores de que se tratava de um assalto. Iniciou-se, naquele momento, uma troca de tiros entre os policiais rodoviários e um dos assaltantes que portava arma de fogo, sendo que este, segurando um revólver calibre 38, rendeu uma das passageiras.

A PRF disse que, para não ferir a vítima, os inspetores cessaram os disparos, ao que o criminoso saiu correndo e fugiu, enquanto o cúmplice, armado com faca, foi capturado pela equipe. Horas depois, aquele que havia escapado foi preso pela Polícia Militar.

Mulher vai registrar queixa na delegacia de polícia e fica lá mesmo

Uma mulher identificada como Mackielle Santos Martins foi capturada na tarde desta terça-feira (8), quando registrava um Boletim de Ocorrências na Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos

(DRFV), em São Luís. Em desfavor dela, a equipe policial descobriu um mandado de prisão preventiva referente ao crime de roubo qualificado, praticado em 2013.

O mandado de prisão foi

decretado por José Gonçalo de Sousa Filho, juiz da 3ª Vara Criminal da Comarca de São Luís, de acordo com esclarecimentos de investigadores da DRFV.

Bandidos metem o bicho nos Correios de São João Batista

A agência dos Correios da cidade de São João Batista, na Baixada Maranhense, foi assaltada por dois bandidos, na manhã desta terça-feira (8). Durante a ação criminosa, uma cliente, que é advogada e se chama Vanessa, foi agredida pelos suspeitos, segun-

do informado pela polícia. A direção da instituição financeira não divulgou o valor em dinheiro levado do ambiente.

Delegado Rodrigo Alonso, de São João Batista, contou que os dois bandidos, por volta das 11h20, entraram armados e renderam o vigilante,

levando-o sua arma de fogo. Na agência, a advogada, que teria ficado nervosa com a presença dos bandidos, foi agredida pelos assaltantes e sofreu algumas escoriações. Em seguida, os criminosos fugiram em uma motocicleta preta.

Jovem, sobrevivente de chacina em Bacabeira, deixa hospital

O jovem de 24 anos identificado apenas como Mario, que estava internado no Hospital Municipal Socorrão II, recebeu alta médica nesta segunda-feira (7). A vítima estava na companhia de duas crianças e um adolescente de 15 anos, quando foram atacados por um grupo armado com arma de fogo e facões, na última terça-feira (1ª) em Bacabeira.

Mario havia sido esfaqueado em várias partes do corpo. Em depoimento a polícia, a vítima contou que só sobreviveu a chacina porque se fingiu de morto.

O outro sobrevivente de 15 anos baleado no rosto, permanece internado na unidade hospitalar. O quadro de saúde da vítima é considerado grave, já que a bala atravessou a boca e o pescoço.

O adolescente é irmão de Erisvan da Silva Costa de 12 anos, que foi assassinado pelos criminosos.

Filho de comerciante é assassinado a tiros no Mercadinho

Por volta do meio-dia de terça-feira, dia 8, foi registrado um homicídio no setor do Mercadinho, na cidade de Imperatriz. A vítima foi identificada como Rodrigo de Jesus Sousa, 22 anos, já com várias passagens pela polícia pelo crime de tráfico de drogas e assalto. O homicídio aconteceu próximo ao estabelecimento comercial do pai da vítima.

Na última vez que Rodrigo foi preso foi pelo roubo de um veículo Corola, tomado de assalto na região da Beira Rio, a vítima estava registrando a ocorrência quando viu seu veículo passando em frente a Delegacia. Na ocasião, os policiais fizeram a perseguição e prenderam o jovem.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

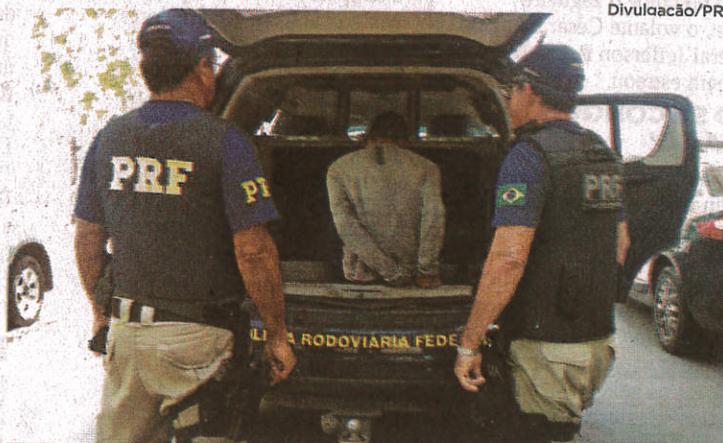
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 09 / 08 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Na BR-135 Dupla é presa após fazer passageiros de van reféns e trocar tiros com policiais

NELSON MELO

Na manhã dessa terça-feira (8), houve uma troca de tiros entre policiais rodoviários federais e um criminoso que praticava um assalto, acompanhado de comparsa, dentro de uma van, na BR-135, na área do posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Pedrinhas. Uma passageira ainda foi feita refém pelos bandidos, mas, por sorte, ninguém saiu ferido pelos disparos. Como informou a PRF, por meio do seu Núcleo de Comunicação Social (Nucom), a van seguia de São Luís para o interior maranhense, quando, na altura do km 12,8, perto de um posto de combustível, os dois suspeitos embarcaram no veículo. Porém, quase em frente ao Complexo



Divulgação/PRF

Um dos assaltantes que renderam ocupantes da van foi preso por policiais rodoviários federais

Penitenciário de Pedrinhas, eles anunciaram o assalto, por volta das

9h30, portando uma arma de fogo e uma faca.

O condutor da van, desesperado, desobedeceu à ordem para que prosseguisse, a fim de entrar em um local indicado pelos bandidos, e parou o transporte junto à marquise do Posto da PRF de Pedrinhas, gritando aos inspetores de que se tratava de um assalto. Iniciou-se, naquele momento, uma troca de tiros entre os policiais rodoviários e um dos assaltantes que portava arma de fogo, sendo que este, segurando um revólver calibre 38, rendeu uma das passageiras. O Nucom disse que, para não ferir a vítima, os inspetores cessaram os disparos, ao que o criminoso saiu correndo e fugiu, enquanto o cúmplice, armado com faca, foi capturado pela equipe. Horas depois, o assaltante que havia escapado foi preso pela Polícia Militar.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 09 / 08 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Agência dos Correios é assaltada e advogada é agredida em São João Batista

A agência dos Correios da cidade de São João Batista, na Baixada Maranhense, foi assaltada por dois bandidos, na manhã dessa terça-feira (8). Durante a ação criminosa, uma cliente, que é advogada e se chamaria Vanessa, foi agredida pelos suspeitos, segundo informado pela polícia. A direção da instituição financeira não divulgou o valor em dinheiro levado do ambiente. Delegado Rodrigo Alonso, de São João Batista, contou que os dois bandidos, por volta das 11h20, entraram armados e renderam o vigilante, levando-o sua arma de fogo. Na agência, a advogada, que teria ficado nervosa com a presença dos bandidos, foi agredida pelos assaltantes e sofreu algumas escoriações. Em seguida, os criminosos fugiram em uma motocicleta preta. Por meio de nota, os Correios informaram que já estão prestando à autoridade policial todas as informações necessárias para a condução das investigações. Foi comunicado, ainda, que a agência dos Correios de São João Batista conta com os seguintes itens de segurança: vigilância armada, alarme, cofre com retardo de abertura e circuito fechado de TV. (NM)

Dupla é capturada pela prática de assaltos no Centro Histórico

Gabriel Carvalho Souza, de 19 anos, e um adolescente de 16 foram capturados na noite desta segunda-feira (7), no Centro Histórico da capital maranhense, por volta das 21h30. De acordo com a Companhia de Policiamento Independente de Turismo (CPTur), os dois haviam praticado assaltos naquela região momentos antes de serem encontrados pela guarnição. Comandante da CPTur, tenente-coronel Roberto Filho repassou que uma das vítimas do assalto relatou sobre o roubo, ocorrido perto do Banco do Brasil do Reviver, a equipe policial, que, a partir das características físicas dos suspeitos, os procurou e os localizou. A dupla foi avistada em frente à Casa do Maranhão, às margens da Avenida Beira-Mar. Capturados, os jovens foram apresentados no Plantão Central das Cajazeiras. (NM)

'Pistoleiro' do PCC morre em confronto com policiais militares no Jardim Turu

Wilton Carlos Miranda Pereira, de 26 anos, conhecido como "Krau" ou "Craw", morreu baleado, na manhã dessa terça-feira (8), no Jardim Turu, na cidade metropolitana de São José de Ribamar. Foi dito pela Polícia Militar que ele 'tombou' em confronto com militares do Grupo de Serviço Avançado (GSA) do 6º Batalhão de Polícia Militar (BPM), sendo que o criminoso era um "pistoleiro" da facção Primeiro Comando da Capital (PCC) com atuação na região do bairro Santa Clara.

Conforme declarações do major Marcelo, comandante do 6º BPM, "Krau" e outros comparsas, na Rua L, enfrentaram os policiais, que, em legítima defesa, revidaram os disparos, atingindo-o durante a troca de tiros. O suspeito ainda foi levado à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Parque Vitória, mas não resistiu.

Em desfavor de Wilton, segundo o oficial, havia um mandado de prisão expedido pela 2ª Vara do



"Krau" ainda foi levado à UPA do Parque Vitória, mas não resistiu aos ferimentos.

Tribunal do Juri referente ao crime de homicídio qualificado. Fontes da Superintendência Estadual de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP) contaram que "Krau" integrava o Primeiro Comando do Maranhão (PCM), mas, com a desintegração dessa organização

criminoso, ele migrou para o PCC, onde continuou atuando na função de "pistoleiro", eliminando membros de facções rivais, no Santa Clara e região, de onde se mudou para o Jardim Turu. Um revólver calibre 38 munição foi apreendido com o criminoso. (NELSON MELO)

Divulgação/PC



Mackcielle Santos possuía um mandado de prisão em aberto

Foragida da Justiça é presa quando registrava BO na DRFV

No início da tarde dessa terça-feira (8), uma mulher de nome Mackcielle Santos Martins foi capturada quando registrava um Boletim de Ocorrências (BO) na Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV), em São Luis. Em desfavor dela, a equipe policial descobriu um mandado

de prisão preventiva referente ao crime de roubo qualificado, praticado em 2013. O mandado de prisão foi decretado por José Gonçalo de Sousa Filho, juiz da 3ª Vara Criminal da Comarca de São Luis, de acordo com esclarecimentos de investigadores da DRFV. (NM)

EXPLORAÇÃO SEXUAL E TRÁFICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO CRIMES: DENUNCIE JÁ! DISQUE 100

Jovem com passagens por assalto é executado a tiros em Imperatriz

Aconteceu, por volta das 12h30 dessa terça-feira (8), mais um homicídio em Imperatriz. A vítima, Rodrigo de Jesus Sousa, de 19 anos, foi atingida por disparos de arma de fogo por desconhecidos. De acordo com explicações policiais, este jovem já tinha antecedentes criminais por assaltos. Rodrigo, segundo a Polícia Militar, foi baleado no setor do Mercadinho, perto da área de açouques. Uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) seguiu ao local, após ser acionada, mas familiares já tinham levado o garoto ao hospital na tentativa de salvá-lo. Todavia, o jovem morreu no percurso à unidade hospitalar. (NM)